

A TEOLOGIA DA GRAÇA EM PAULO: *a Suficiência do Sacrifício de Cristo para a Salvação*

*The Theology of Grace in Paul:
the Sufficiency of the Sacrifice of Christ for Salvation*

*Ruberdan de Souza Lima¹
Gelci André Colli²*

RESUMO

O presente artigo busca demonstrar a suficiência de Cristo para a salvação pela graça nas lentes de Paulo. Justificando-se em apresentar a salvação pela graça mediante a fé, em contraste com o drástico exame no século XXI, de pessoas que invalidam o sacrifício de Cristo, comprometendo o grandioso plano de Deus para a salvação da humanidade pecadora e culpada. Assim sendo, essa abordagem tem por finalidade, atestar a salvação pela graça, que Deus providenciou no processo de justificação em Cristo para a humanidade, justificando-a perante a sua exigente justiça. Por fim, esta análise correlaciona a graça e a Lei para os dias de hoje, no sentido de que a salvação é unicamente pela graça, entretanto em Cristo as pessoas têm o dever de andar em obediência e fidelidade a lei de Deus que representa a sua vontade.

Palavras-chave: Justiça. Salvação. Graça. Lei.

ABSTRACT

This article seeks to demonstrate the sufficiency of Christ for salvation by grace in Paul's lenses. Justifying himself to present salvation by grace through faith, in contrast to the drastic examination in the twenty-first century, of people who invalidate Christ's sacrificial, compromising God's grand plan for the salvation of sinful and guilty humanity. Therefore, this approach is intended to attest salvation by grace, which God has provided in the process of justification in Christ for humanity, justifying it in the face of its demanding justice. Finally, this

¹ Bacharel em Teologia pela Faculdade Cristã de Curitiba. Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Curitiba, UNICURITIBA.

² Doutor em Teologia pelo PPG das Faculdades EST de São Leopoldo/RS. Mestre em Ciências da Religião pela UMESP de São Bernardo do Campo/SP. Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista do Paraná. Professor na Faculdade Cristã de Curitiba/PR.



analysis correlates grace and the Law to the present day, in the sense that salvation is solely by grace, but in Christ people have a duty to walk in obedience and fidelity to the law of God that represents their will.

Key words: Justice. Salvation. Grace. Law.

INTRODUÇÃO

Identifica-se, em pleno século XXI, que a graça tem sido banalizada e interpretada de forma incoerente e equivocada. Porquanto, alguns líderes religiosos mergulhados na ignorância estabelecem regras, requisitos a mais como meio de salvação. Inserem dogmas do Antigo Testamento sem o devido valor em Jesus Cristo; fazem as suas próprias “leis”, por não gostarem de algo ou porque não é de costume, impondo aos cristãos como normas. A imposição da lei mosaica à cristãos, ou de quaisquer requisitos a mais como complementação a obra de Cristo é uma realidade no pluralismo religioso.

Aqueles que não têm um conhecimento sólido, bem fundamentado da graça, esta dádiva divina, insistem em embasar a sua salvação em seu comportamento e conduta de vida. Contudo, se o comportamento e a obediência às regras dessem o direito de ser salvo, por que Jesus morreu na cruz?! É inadmissível observar cristãos, salvos em Cristo, se penitenciarem de falhas e erros cometidos na caminhada cristã e se redimirem com boas obras ao próximo ou se dedicarem mais ao serviço eclesial pensando que dessa forma seus pecados serão perdoados.

Esta pesquisa se justifica por investigar a salvação pela graça, de como ela é suficiente e como pode contribuir para o crescimento, sendo uma poderosa ferramenta para anular o peso que muitos cristãos carregam em sua consciência, quebrar as barreiras que impedem a ser um autêntico salvo. A partir desta pesquisa objetiva-se esclarecer para aqueles que temem perder a salvação e que inconscientemente fazem barganha o sentido da salvação e o propósito da graça.



A proposta é apresentar que a fé em Cristo é unicamente o meio pela qual o homem e a mulher podem ser justificados diante de Deus, pelo fato de ter providenciado um processo de justificação em Cristo para beneficiar gratuitamente aos que creem, suprindo assim as exigências da sua justiça.

Por outro lado, uma parte tem a tendência de pender para um lado liberal mais extremo na interpretação da graça. Achando que a salvação gratuita lhe dá o direito de fazer o que bem entender, envolvendo-se em um espírito de promiscuidade, alimentando os desejos da carne e do pecado. Outra parte tem a percepção de que a sua natureza é pecaminosa e não têm o que fazer, é perda de tempo lutar contra o pecado, pois sempre ele dominará.

Uma interpretação exegética deve ser cautelosa nos ensinamentos de Paulo, porque alguns textos, por exemplo, a carta aos Romanos, a fé é sinônimo de obediência. A salvação em Cristo é pela graça, mas é um dever do cristão progredir no processo de santificação. O respectivo trabalho tem por finalidade examinar como Paulo posicionou-se diante desta questão, quais foram os seus ensinamentos e pensamentos. A análise tem por objetivo de apresentar que a fé em Cristo é o único meio de salvação e, conseqüentemente uma obediência é requerida dos salvos em Cristo pela graça.

1 GRAÇA NA JUSTIÇA DE DEUS PARA A SALVAÇÃO

A graça de Deus em Paulo significa um dom gratuito e imerecido, está estreitamente associada a justiça de Deus. O apóstolo a menciona frequentemente em sua teologia, às vezes é redundante em dizer palavras relacionadas a “justificação” e “graça” (Rm 3.24; 5.15-17). A justiça de Deus foi revelada ao ser humano, como uma forma de justificação pelo sacrifício de Cristo para a salvação.



1.1 Justiça de Deus

A justiça de Deus é a sua revelação que ganha um clímax em Jesus Cristo decorrente a revelação inerente da aliança a partir de Abraão. Através desta justiça Deus torna as pessoas pecadoras justificadas pela sua graça pelo sacrifício de Jesus. A justiça de Deus tornou-se um tema fundamental na teologia de Paulo. A justiça de Deus para Stott é a revelação de Deus que se dá a conhecer no evangelho (Rm 1.17) ou independente da lei (3.21), contudo ambos representam como o cumprimento das escrituras do Antigo Testamento. (STOTT, 2000, p.123)

O pensamento de justiça em Paulo é de natureza totalmente hebraica. No pensamento hebraico justiça é conceito mais relacional, como cumprimento de obrigações impostas ao indivíduo pela relação da qual faz parte. A justiça de Deus indica o seu cumprimento das obrigações que se impôs com Israel através da aliança, apesar da falta de Israel. Denota a fidelidade de Deus em salvar o seu povo. A justiça de Deus em Romanos 3.21-26 reflete a sua paciência, demonstrando não só que ele é justo, mas também justifica aquele que crê em Jesus (3.26). Em suma, a justiça de Deus é a sua providência de Jesus como sacrifício pelo pecado. (DUNN, 2008, p. 394, 395)

Observa-se que a justiça de Deus significa a ação de Deus em favor do ser humano. Ela não está associada a justiça retribuidora que executa castigos ou penas, o sentido original não contém a ideia de vingança, haja vista que a expressão é hebraica e está relacionada ao Antigo Testamento. A expressão está associada a distribuição, a justiça de Deus é distribuidora como ação salvífica para todos os que creem, porquanto todas as pessoas têm necessidade dela para a justificação, porque todas as pessoas pecaram tornando-se injustas perante Deus.

A justiça de Deus é vista por Stott da seguinte forma:

A justiça de Deus (ou que provém de) Deus é uma combinação entre três elementos: o caráter justo de



Deus, a sua iniciativa salvadora e a sua dádiva, que consiste em conferir ao pecado a condição de justo perante ele. Trata-se da sua justificação justa do injusto, a maneira justa como ele justifica o injusto. (STOTT, 2000, p. 124)

Observa-se que na percepção de Stott o caráter e a atividade de Deus são um genitivo subjetivo (justiça como propriedade ou atitude de Deus), aquela que foi apresentada no Antigo Testamento ao povo de Israel; e a dádiva de Deus como um genitivo objetivo (uma justiça que vem de Deus ou justiça como um dom concedido por Deus), aqui Stott refere-se a justiça manifestada na teologia de Paulo (Rm 3.21.22).

Por outro lado, Dunn acredita na justiça de Deus como genitivo subjetivo, atitude de Deus, tanto no Antigo Testamento quanto na teologia de Paulo: “Paulo considerou óbvio que a justiça de Deus devia ser entendida como atividade de Deus que atrai os indivíduos para a relação e os mantém nela, como força de Deus para a salvação” (DUNN, 2008, p.398). Nota-se que para Dunn a justiça de Deus tem o sentido de tratar do pecado pelo sacrifício de Jesus, e também no sentido que justifica o pecador.

Para Schnelle a justiça de Deus é multidimensional nos textos paulinos, e também apresenta tanto o genitivo subjetivo quanto o genitivo objetivo:

[...] Em Rm 3.21.22, *δικαιοσύνη θεοῦ* aparece duas vezes, mas sempre com conotações diferentes. Como termo de revelação deve ser lido o *δικαιοσύνη θεου* no v. 21, pois, no evento Cristo, Deus manifestou-se como aquele que justifica. [...]. No v. 22, Paulo reflete sobre *δικαιοσύνη θεου* sob um aspecto antropológico. Na fé em Jesus Cristo é a forma de apropriação da justiça de Deus [...]. Enquanto a justiça de Deus aparece no v. 21 como o poder universal de Deus, domina no v. 22 o caráter da dádiva. (SCHNELLE, 2010, p. 403)



Sobre o genitivo subjetivo, percebe-se que se refere a justiça sendo propriedade de Deus, que se manifestou universalmente (Rm 3.21), e se interage com o genitivo objetivo, uma justiça de Deus que é dada como apropriação do indivíduo (Rm 3.22). Percebe-se que a interpretação de Schnelle é mais precisa, porquanto a justiça de Deus é considerada condicionalmente mútua. Deus revelou a justiça como sua propriedade e sua atitude em Jesus Cristo, e concedeu ao ser humano injusto a sua dádiva de justiça pela fé em Jesus Cristo, uma forma de o homem e a mulher se apropriar desta justiça. Pode-se dizer que Deus através da sua justiça dá espontaneamente a salvação na ação ativa para as pessoas, em contrapartida o homem e a mulher se apropriam desta salvação pela fé na ação passiva, apenas a de receber pela graça de Deus.

1.2 Problema do Pecado

O ser humano é limitado, fraco e dependente da graça de Deus, necessita da justiça de Deus em Cristo para a sua salvação. O problema está no pecado onde todas as pessoas caíram em condenação. Conforme Colli, na teologia de Paulo, entende-se que pecados (no plural), trata-se de atos praticados, e pecado (no singular) infere-se um poder que domina ou uma lei que vigora nos membros (Rm 7.23). O pecado é considerado como um senhor que aprisiona e exige obediência (Rm 6.17, 20; 7.17,23). (COLLI, 2015, p. 31)

Tratando-se da essência do pecado, não as práticas, mas o poder que domina o homem, explica Ridderbos:

[...] o pecado é a rebelião contra Deus, recusa em sujeitar-se a ele (Rm 8.7), inimizade contra Deus (Rm 5.10; 8.7; Cl 1.21), desobediência (Rm 11.32; Gl 3.22; Ef 2.2; 5.6). Pode-se definir o pecado como sendo o homem querendo ter o controle de si mesmo, desejando ser como Deus. Por causa disso, também é uma violação e corrupção da humanidade. Como tal, pode ser definido como loucura (Rm 1.23; 1Cor 1.19), indignidade, vaidade, escuridão,



estar alheio à verdadeira vida (Ef 4.18), estar sem Deus e, portanto, sem esperança (Ef 2.12), estar morto (Ef 2.1, 5; Cl 2.13; Rm 7.10). (RIDDERBOS, 2004, p. 114)

Infere-se que o conceito de pecado (no singular) é a desobediência à lei divina reconhecida e admitida como justa (CROSSAN; REED, 2002, p.350). Em suma, a essência do pecado consiste na recusa de sujeição a Deus, ou seja, o ser humano responde a alguém, pela lei o responsável é Deus. Quando o ser humano deixa de responder a Deus evidencia o pecado. O pecado está na autossuficiência humana, a de seguir os seus próprios desejos e instintos, o qual é escravo, sem sujeitar-se a vontade de Deus. O ser humano não gosta de responder a Deus, não porque ele quer, mas porque é escravo dos seus próprios desejos da carne. Nota-se na percepção de Paulo: “Entre os quais todos nós também antes andávamos nos desejos da carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como os outros também” (Ef 2.1-3).

1.3 A Ira de Deus

A ira de Deus é norteadada por sua justiça e santidade, não apenas indica o que Deus faz, mas o que ele é ao fazê-lo. Na percepção de Paulo a ira de Deus é escatológica relacionada à ira vindoura (Rm 5.9; Ef 5.6; Cl 3.6; 1 Ts 1.10) que se revelará no dia da ira de Deus (Rm 2.5), sendo executado o seu justo juízo (Rm 2.5; 5.16, 18; 8.1, 33, 34; 2 Cor 3.9); e também é escatológica já no presente, revelada juntamente com a justiça pela fé, como justiça e absolvição por um lado, e a ira como exercício do julgamento por outro (RIDDERBOS, 2004, p. 117-118). Percebe-se que a ira de Deus é incomparável à ira humana, como uma vingança, mas é uma justa reação contra todo o tipo do mal, pois ele é justo e santo. Pondera-se que Deus através da ira faz triunfar o seu plano da salvação pela graça, portanto não destinou os salvos para ira, contudo para obter a salvação por meio de Jesus Cristo (1 Ts 5.9).



1.4 Sacrifício de Cristo

Deus justifica gratuitamente os pecadores pela sua graça baseada na morte e ressurreição de Jesus Cristo, o problema do pecado é resolvido e a ira de Deus revela o seu amor e graça, na qual através de Cristo os cristãos são salvos da ira de Deus. Segundo Stott, Deus justifica o ímpio através do sacrifício de Jesus, caso contrário estaria ferindo a sua justiça se considerasse o ser humano culpado inocente. O próprio Deus estabeleceu este princípio ao dizer aos juízes israelitas que eles devem justificar os íntegros e condenar os ímpios (Dt 25.1). A justificação do ser humano culpado só é possível pela cruz, sem ela a justificação do injusto seria injusta, imoral e impossível. (STOTT, 2000, p. 127-128)

Sobre a justificação do homem culpado e da mulher culpada, nota-se que só é possível por Jesus Cristo que morreu pelos ímpios (Rm 5.6). A sua morte sacrificial pelos pecadores culpados e o seu derramamento de sangue proporcionou a justificação justa de Deus, sem ferir a sua integridade, ao ser humano injusto. Esta ideia de que Cristo morreu pelos pecados do ser humano, na percepção de Paulo, é apresentada por Cerfaux:

[...] Esta fórmula primitiva deriva em última análise do capítulo 53 de Isaías. Paulo retoma os próprios termos do profeta: “foi entregue à morte por causa dos nossos pecados” (Rm 4.25). “Cristo morreu por nós” é só uma variante, que se explica como tendo por base os mesmos textos. (CERFAUX, 2012, p. 109)

Observa-se que os textos relacionados à ideia acima comumente expressam a morte de Cristo por todas as pessoas ímpias (1 Ts 5.10; 1 Cor 8.11; 2 Cor 5.14; Rm 5.6, 8; 14.15). Percebe-se que as formulas teológicas demonstram a morte de Cristo como o fator essencial da mudança do estado do ser humano de inimizado com Deus, na qual o pecado aparece como



um estado de gênero oposto a Deus. A suficiência do sacrifício de Cristo para a salvação proporciona ao ser humano justificação pela graça. Pode-se dizer que as pessoas pela fé em Cristo alcançam a salvação pela suficiência de Cristo, sendo assim, não estão mais sob a ira de Deus no presente, e livre da ira de Deus no futuro escatológico, e também não estão sob o estado de pecado, falando-se da essência. De acordo com Dunn as pessoas culpadas se tornam justas e são consideradas justas diante da justiça de Deus. (DUNN, 2008, p. 398)

2 GRAÇA NO PROCESSO DA JUSTIFICAÇÃO

Através do sacrifício de Jesus Cristo, Deus realiza o processo de justificação pela graça para benefício das pessoas culpadas e pecadoras diante a justiça de Deus. Na teologia de Paulo, Cristo é a figura principal de justificação, pelo fato de Deus ter entregado Jesus à morte pelos pecados do ser humano e o ressuscitado para a justificação do ser humano (Rm 4.25). Deus, pelo processo da justificação, torna as pessoas cumpridoras da sua exigente justiça devido a entrega de Jesus como oferta pelo pecado para destruir o pecado. Stuhlmacher destaca a expiação, reconciliação, justificação e santificação como o processo utilizado por Deus para a justificação do homem e da mulher. (STUHLMACHER, 2002, p. 69)

2.1 Expição

A ideia da expiação relacionado a Cristo foi cunhada na teologia de Paulo pela tradição das igrejas primitivas antes do seu apostolado. A expiação é inerente de Levíticos 16, onde ocorre o sacrifício de um animal em um rito, transferindo todos os pecados pela imposição de mãos. Cristo passou pela mesma sentença de morte pelos pecadores, na qual os pecadores sofreram juntos com ele. Ao entregar seu sangue no lugar dos pecadores concedeu-lhes novo acesso a Deus (Rm 3.25-26; 5.1-2). Através do perdão dos



pecados por meio de Cristo tornam-se novas criaturas (2 Cor 5.17). (STUHLMACHER, 2002, p. 72-73)

Nota-se que em relação à expiação em Levíticos Deus fez o mesmo com Jesus ofertando pelo pecado em favor dos que creem, deixando que ele levasse os pecados sobre a morte em lugar dos pecadores concedendo-lhes a vida eterna (2 Cor 5.21). Não obstante, aos que creem participam da morte e ressurreição de Cristo, como expôs Paulo: “Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim; e esse viver que, agora, tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim” (Gálatas 2.20).

2.2 Reconciliação

É evidente que o pecado é um estado de inimizade com Deus. O ser humano através da morte de Cristo passa do estado de pecado à vida cristã alcançando a reconciliação com Deus (Rm 5.10-11; 2 Cor 5.18). Percebe-se que a iniciativa da reconciliação vem de Deus em Cristo, pois Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo (2 Cor 5.19). Em suma, a morte de Jesus Cristo produziu a reconciliação.

Cerfaux apresenta a reconciliação da seguinte forma:

A reconciliação, nas grandes epístolas, explica-se segundo o contexto de Rm 5. A obediência (Rm 5.19) e a justiça de Cristo (v.18) fazem contrapeso à falta e à desobediência de Adão. Nas epístolas do cativo, à ideia de reconciliação com Deus se une a da reconciliação com os gentios e os judeus. O acesso a mesma paz divina suprime a inimizade que havia entre eles. Cristo, na cruz, aniquila qualquer inimizade (Ef 2.16). (CERFAUX, 2012, p. 115)

Sobre a reconciliação percebe-se a graça de Deus em Cristo Jesus que providenciou pela sua morte a paz com a humanidade inimiga. O sacrifício de Cristo é suficiente para aniquilar toda inimizade com Deus. O próprio Deus estava em seu Filho



permanecendo ativo na morte expiatória, a inimizade contra Deus é vencida pela morte de Cristo abrindo um espaço para o amor de Deus às pessoas (Rm 5.5).

2.3 Justificação

Na justificação, Deus age como criador e juiz gracioso. Sobre o ato de criação na justificação (Rm 3.26, 30; 4.5, 17; 5.6), Deus atua como o criador ao chamar à existência as coisas que não existem (Rm 4.17). Através de Cristo todas as pessoas são justificadas, de modo que são estabelecidas de uma nova existência diante de Deus, consideradas justas e tornando-se justas, pois na percepção de Paulo ambas andam juntas. Percebe-se que no plano de salvação em Cristo, Deus já havia feito expiação pelos pecadores antes da fé depositada nele (Rm 4.25; 5.6-8). Em Romanos 8.34, compreende-se a garantia da justificação, onde Cristo intercede diante do trono de Deus por todas as pessoas até o julgamento final, até mesmo no próprio julgamento. (STUHLMACHER, 2002, p. 75-77)

Percebe-se a eficiência do sacrifício de Cristo na cruz, pois é a causa suprema de os pecadores serem justificados, os quais, outrora, precisariam ser sentenciados na revelação de suas iniquidades no julgamento final. A graça de Deus é tão evidente na sua justiça que Cristo morreu no lugar dos pecadores, poupando assim as suas vidas da morte, fazendo-os participarem do domínio de Cristo. Esta justificação é para todas as pessoas, em todos os lugares, em todas as etnias, e não tem fronteiras.

2.4 Santificação

A santificação na teologia de Paulo está ligada a justificação no sentido de que através da morte expiatória na cruz, Cristo santificou os pecadores para se encontrar com Deus (1 Cor 1.30). No entanto, Paulo expõe um estilo de vida, requerendo um andar santo e agradável a Deus (1 Ts 4.1-8). A suma da ideia de Paulo no



que diz respeito a santificação é a consequência expiatória e o resultado da justificação na vida dos que creem. Não é algo que deve ser acrescentado na justificação, mas a maneira de agradar a Deus pelas misericórdias da sua justiça. Percebe-se que o culto a Deus ensinado por Paulo não se limita apenas a hinos e orações, porém na entrega do corpo dos crentes para o serviço de Deus. A exortação é que os que creem não se conformem com este mundo, em pensamentos e ações, no entanto devem ser transformados na renovação da mente, tornando-se pessoas que pensem de maneira genuína da vontade de Deus neste mundo (Rm 12.1-2). (STUHLMACHER, 2002, p. 82-83)

Para Cerfaux a santificação é vista da seguinte maneira:

A interpretação exata dos valores cristãos obriga-nos, pois, a dizer que a vida nova se organiza em função de uma santidade presente. Estabelecido num estado de santidade atual, por causa da presença dos bens divinos, o cristão deve viver em harmonia com as realidades divinas possuídas desde agora. A santidade “atual”, apanágio da raça nova, torna-se a razão da vida religiosa. (CERFAUX, 2012, p. 239)

Observa-se que a evidência de uma justificação autêntica reverbera uma conduta de vida saudável, um estilo de vida não voltado à vontade da carne, mas submetendo a vontade de Deus como uma forma de generosidade e gratidão a Deus pela justificação diante da sua justiça. O cristão genuíno deve refletir através de seu testemunho mostrando quem é Cristo na sua vida. A santidade não é uma maneira de auto justificar-se diante de Deus, isso é impossível pela sua insuficiência e miséria de pecado, mas de expressar a Deus a gratidão pela justificação em Cristo Jesus.

3 GRAÇA NA VIDA DO CRISTÃO

A graça na vida do cristão é aquela que é alcançada não pelos seus próprios méritos ou esforços, mas sim aquela que é



dada por Deus mediante a fé em Jesus em Jesus Cristo, no que diz respeito a salvação, de uma vida em obediência e na liberdade em Jesus Cristo livre da escravidão do pecado, da escravidão aos sistemas humanos, e da escravidão da consciência.

3.1 Salvação pela fé

A fé é inerente da graça de Deus como uma condição da salvação. O ser humano alcança a salvação somente pela fé em Jesus Cristo (Rm 1.16-17; 3.21; 4.5,18-25; Gl 3.8). Paulo durante seu ministério contestou duramente os judeus piedosos que pelas obras da lei se esforçavam para cumprir a fim de que Deus, por causa disso, os justificassem. O apóstolo adverte que a salvação é pela fé e não pelos próprios méritos. Sobre esse assunto comenta Schnelle:

A justiça mediada pela Torá não consegue justificar o ser humano, mas é a fé na atuação justificadora de Deus em Jesus Cristo que abre aos seres humanos o estado de *δικαιοῦσθαι*. Dessa maneira, o procedimento da justificação está retirado da atividade humana, ele se dá no evento Cristo e depois pode ser aceito apenas pela fé. (SCHNELLE, 2010, p. 407)

Infere-se que a justiça não tem caráter de ato, como se a justificação fosse por conta própria ou mérito, mas de dádiva, pois todas as pessoas participam pela fé dos dons da salvação dada por Deus através da justificação do ser humano diante da sua justiça. Nos dias de hoje verifica-se pessoas que insistem em embasar a sua salvação nos próprios méritos, como que sua boa conduta, seu bom caráter, sua habilidade, sua moral elevada e prática de boas ações lhe dessem o direito de salvação. Contudo se as obras humanas concedessem a salvação própria não haveria a necessidade de Cristo ter morrido na cruz, aliás torna o sacrifício de Cristo insignificante e insuficiente. Esta ideia abre margem para um grande problema, qualquer pessoa com uma conduta moral e



ética altíssima que não crê em Cristo pode ser salvo pelos próprios méritos. Entende-se que a salvação não é alcançada pelas próprias forças e sim unicamente pela fé em Jesus Cristo.

3.2 Fé e Obediência

A fé é o meio que o ser humano se apropria da justiça revelada vinda de Deus. Ela é uma confiança absoluta na onipotência e na fidelidade de Deus às promessas (Rm 4.18-25). Como explica Kummel: “[...] Paulo entende a fé nitidamente como consequência do agir salvífico de Deus em Cristo” (KUMMEL, 2003, p. 250). Contudo, a fé na perspectiva de Paulo não se limita também a um mero reconhecimento intelectual de uma realidade, mas um compromisso total como comenta Crossan e Reed:

A fé (*pistis*) não é algo parcial, mas compromisso total de vida. Como tal, é sempre processo interativo, contrato bilateral, via de duas mãos. É a aliança e pressupõe fidelidade dos dois lados não obstante diferenças e distinções entre eles. Era assim para Paulo na Carta aos Romanos. Deus e Cristo são fiéis ao mundo e, em resposta, o mundo a eles. A justiça de Deus é fielmente consistente, e também os cristãos em resposta ao dom da graça. (CROSSAN; REED, 2007, p. 347-348)

Entende-se a fé como uma resposta do ser humano à oferta gratuita da justiça divina para a sua justificação (Gl 3.6-29). A fé é primária e essencial. Foi a discussão de Paulo com os cristãos judeus que aceitavam as obras antes da fé e não a partir dela. Como ensina Paulo: “o homem não se justifica pelas obras da Lei, mas pela fé em Jesus Cristo” (Gl 2.16), como também: “nós sustentamos que o homem é justificado pela fé, sem as obras da Lei” (Rm 3.28).

Por outro lado, a fé exige obediência, Paulo insta os cristãos de Roma que apresentem um ato físico de obediência a Deus como agradecimento pelas misericórdias de Deus devido a justificação pela graça (Rm 12.1-2). A obediência é uma tarefa do



cristão como consequência da justificação vinda dos que creem (STUHLMACHER, 2002, p. 83)

Percebe-se nos dias atuais cristãos que tendem a fazer uma interpretação superficial da graça e banaliza esta ao pender para um lado liberal extremo. Como que tivesse o direito de fazer o que bem entender, envolvendo-se em pecados. Nota-se que em Romanos fé é sinônimo de obediência, e a obediência é sinal de quem é salvo. A obediência é uma consequência da salvação. A pessoa recebe a graça para ser santo e obediente na percepção de Paulo aos Romanos.

Observa-se um aproveitamento e uma deturpação da graça de Deus. Pelo que a fé exige um compromisso e fidelidade do ser humano para com Deus, ainda que as pessoas não sejam salvas pelas obras, foram salvas para andar conforme a vontade de Deus. Infere-se que a conduta do cristão reflete a autenticidade da sua fé, caso contrário tal nunca experimentou a salvação pela graça de Deus.

3.3 Liberdade em Cristo

É bem verdade que na perspectiva de Paulo a humanidade sem Cristo é escrava do pecado (Rm 6.6,20), da carne (Rm 7.5,14,18; 8.8; Ef 2.3), dos poderes (2Cor 4.4; Gl 4.8; Ef 2.2; 2Ts 2.8-11), dos rudimentos do mundo (Gl 4.3; 8; Rm 6.14; 7.5) e da morte (1Cor 15.24; Rm 8.38). Entende-se que o ser humano jamais consegue superar estas condições pelos seus próprios méritos. A libertação é conquistada mediante a graça de Deus em Jesus Cristo (Cl 1.13). Segundo Zabatiero, recebemos a vida em Cristo, e encontram-se cinco soluções divinas em Colossenses para a condição humana:

- Plenitude em Cristo: as pessoas têm o necessário para a vida plena, inclusive acesso a Deus para molda-los, tornando-os conforme a vontade de Deus (Cl 2.5-7, 10).
- Eliminação do poder da carne: através da vida dada por Cristo, a carne deixa de predominar sobre as pessoas que



estão em Cristo. São libertos da escravidão da carne para a liberdade em Jesus Cristo (Cl 2.11). Na conversão a Cristo as pessoas tornam-se participantes do poder da ressurreição de Cristo, para viver de acordo com a vontade de Deus (Cl 2.20-3.4), em sintonia com toda criação divina (Rm 1.1-4; 4.23-25) sendo representantes de Deus na criação.

- **Eliminação da dívida legal:** pelo perdão dos pecados, Cristo libertou as pessoas da lei deixando de ser devedores a Deus. Cristo invalidou a lei como caminho da salvação ao cravar na cruz essa promissória invalidando-a, conseqüentemente todos deixaram de ser devedores. As pessoas tornam-se livres para viver em grata resposta à graça divina (Cl 2.14).
- **Eliminação dos poderes:** ao morrer, Cristo matou a morte e eliminou a fonte de seus poderes (Hb 2.14; 1Cor 15.54-57). Os demônios foram derrotados na cruz de Cristo, e os cristãos estão salvos do poder das trevas (Cl 1.13; 2.15; Gl 1.14), porém o Diabo e os demônios ainda representam um perigo, também para os cristãos, que ainda vivem na carne (2 Cor 4.3; Gl 4.9; 1 Cor 7.5; 10.20). Entretanto, o cristão deve confiar em Deus, pois nenhum poder do mundo pode separá-lo do amor de Deus em Cristo (Rm 8.38; 5.9; 1Ts 1.10; 5.9).
- **Senhorio de Cristo:** Cristo, através da sua obra o recoloca publicamente na posição de Senhor. Cristo tem a supremacia de tudo. O propósito de Deus encontra-se na consumação futura, onde todas as coisas, no céu e na terra, sob o comando de Cristo como o Senhor; e libertar a humanidade do pecado e da morte em seu reino (Cl 2.15). (ZABATIERO, 2011, p. 67-72)

Compreende-se que a pessoa à qual recebeu a justificação pela fé, sendo salva diante da justiça de Deus, alcançou a liberdade dada por Jesus Cristo. Não obstante, a pessoa tem liberdade em Cristo para viver sem se submeter à escravidão. Observa-se algumas



peças nos dias de hoje que não compreendem esta liberdade e danificam a graça inconscientemente ao fazer barganha com Deus dedicando-se a ação social ou caridade ao próximo achando que isto lhe garanta a salvação por temer perde-la. Percebe-se no meio evangélico pessoas que tropeçam na fé e penitenciam-se tentando redimir os seus pecados por conta própria, às vezes, dedicando-se exageradamente às tarefas da igreja, no trabalho social, na ideia de que as suas obras lhe darão o perdão dos pecados. Entende-se que estas atitudes danificam a graça de Deus. Tais atitudes evidenciam muitos cristãos que não entenderam o poder da liberdade em Jesus Cristo e o plano da graça de Deus.

Pondera-se que de nada adianta os líderes das igrejas tratar de um pecado da pessoa e deixar os outros de lado, deve-se tratar a causa do pecado, o coração do homem. Foi o que Paulo fez no seu ministério ao tratar o pecado e não os atos de pecados. Percebe-se que o pecado é considerado um senhor que aprisiona a pessoa (Rm 6.17;20; 7.17,23), no entanto através de Cristo a pessoa é liberta do pecado. Esta é a essência do pecado que deve ser tratada. A causa do pecado sendo tratada a pessoa passa a ter escolha de não pecar e de resistir. O cristão deve usufruir da liberdade, porquanto a sua liberdade está no amor, em amar as pessoas e viver uma nova vida, novos valores, novos desafios (Gl 5.12,13). A liberdade está em viver na plenitude de Deus sob o senhorio de Cristo confiando nas suas promessas inabaláveis.

4 GRAÇA E SUA RELAÇÃO COM A LEI NA VIDA DO CRISTÃO

A graça e a Lei do Antigo Testamento tem sido um grande problema que a séculos vem sendo debatido entre os teólogos. Percebe-se um conflito muito prejudicial decorrente da interpretação de pessoas nas igrejas. Nota-se que alguns interpretam a Lei do Antigo Testamento como se fosse toda aplicada para a igreja de Cristo, submetendo as pessoas a regras e normas do Antigo Testamento como parte da salvação; em



contrapartida, outros afirmam que toda a Lei é somente para o Antigo Testamento ou Israel, e que agora prevalece somente a graça sem a Lei para a igreja de Cristo. Graça com a Lei ou somente a graça?

4.1 Lei em Detrimento da Graça

A graça de Deus para a salvação tem sido banalizada e interpretada de forma incoerente nos dias de hoje, comumente percebe-se o legalismo predominando entre as pessoas no século presente as quais acrescentam regras ou requisitos a mais à obra completa de Cristo na cruz. O legalismo é uma realidade no pluralismo eclesiástico. Os aderentes não negam a Jesus, contudo acrescentam normas, rituais, crenças além de Cristo. Paulo enfrentou oposições de cristãos judeus simpatizantes do judaísmo, que se apegavam a rituais judaicos como complementação do sacrifício de Cristo.

Entende-se que muitos judeus zelosos da lei aderiram ao cristianismo (At 21.20), tornaram-se um grupo forte nas comunidades de Judeia, Antioquia e Galácia. Não obstante, falsos mestres judaizantes viam o cristianismo como um judaísmo modificado, estavam ensinando que para se obter um relacionamento com Deus era necessário se submeter as leis de Deus do Antigo Testamento. Não é de se espantar que os legalistas judaizantes ensinaram aos novos convertidos que se não circuncidassem, segundo o costume de Moisés, não poderiam ser salvos (At 15.1). (CARSON; MOO; MORRIS, 2012, p. 327)

Em nossos dias, percebe-se que o problema é o mesmo, entre os cristãos há líderes que impõe requisitos a mais como meio de salvação se apegando a leis do Antigo Testamento e impondo às pessoas como regras, sem fazer um filtro pelo Novo Testamento e sem levar em consideração a obra completa de Jesus. Comumente entre os evangélicos observa-se as pessoas correndo atrás de tudo o que é de Israel, por exemplo, *shofar*, candelabro, guardar o sábado e outros elementos do contexto judaico. É lamentável notar igrejas



comemorando todas as festas judaicas, como se isso trouxesse uma grande espiritualidade. A imposição da lei mosaica a cristãos é uma realidade no pluralismo religioso.

Diante desta situação, Paulo se posiciona explicando como se deve interpretar a Lei do Antigo Testamento após o advento de Cristo. Na teologia de Paulo, nas epístolas aos Gálatas, a lei foi dada por dois motivos, proteger Israel (Gl 3.23-24); até que a promessa pudesse ser realizada em Cristo (Gl 3.19-24). O primeiro motivo da função da lei era proteger Israel, Paulo ilustra como um escravo, pedagogo, que levava o menino para a escola, cuja responsabilidade era guardar o menino na educação nas boas maneiras e sua correção. O papel da lei era proteger Israel na imaturidade da sua juventude, e manifestar as transgressões (Gl 3.19). O segundo motivo estava ligado à sua função temporária, que limitava ao período anterior a vinda de Cristo; contudo quando Cristo veio, inaugurando uma nova possibilidade de fé, a necessidade desse papel protetor deixou de existir (Gl 4.5-7). (DETTWILER; KAESTLI; MARGUERAT, 2011, p. 248-252)

Percebe-se que para Paulo não há mais necessidade da lei em seu papel de proteger e regular, e submeter-se a uma vida inteiramente regulamentada pela lei significa voltar a imaturidade e ao estatuto de escravo (Gl 4.1,9). A lei reduzida a circuncisão estava ultrapassada, pois a sua função era proteger Israel. Os gálatas estavam decaídos na carne devido a busca da salvação pelos próprios méritos na lei (Gl 3.3). Paulo enfatiza que a salvação é pela fé (Gl 2.16), não se comportar para ser salvo. A lei mostra o pecado e quando o ser humano olha constata que está morto, a letra (leis mosaicas) mata, mas o espírito (graça) vivifica (2 Cor 3.6).

Percebe-se que o legalismo nunca abandonou o cristianismo, em pleno século XXI, existem líderes evangélicos que por não gostarem de algo ou porque não é do seu costume fazem “leis” e querem escravizar as consciências das pessoas e pautar as condutas dos cristãos por meio de normas e regras que não constam na Palavra de Deus. No meio evangélico há pessoas que por motivos banais, por exemplo, usar brincos, cortar o cabelo, mulher usar



calça, homem usar bermuda, usar barba, jogar bola, etc., foram excomungados das igrejas como se isso fosse um pecado condenável diante Deus. Infere-se novamente que o maior pecado está no leigo o qual destrói a graça de Deus, em colocar em jogo o sacrifício de Cristo na cruz como se fosse insuficiente. Nota-se que existem vários cristãos escravos dos sistemas humanos, com mentes cauterizadas achando que seu comportamento diante das regras humanas é a suma da salvação. Percebe-se que a graça tem sido danificada nos dias atuais.

4.2 Graça em Detrimento da Lei

Muitas pessoas acreditam que a Lei de Deus do Antigo Testamento caducou, e que não se deve aplicar a Lei a partir da “dispensação da graça”, contudo torna-se necessário enfatizar o sentido da lei em seus respectivos contextos. De acordo com Meister as Escrituras registram a revelação da lei de Deus que expressa sua objetiva vontade. E no que diz respeito à lei é imprescindível associa-la ao seu contexto em que ela se relaciona e qual o seu objetivo. A lei de Deus desenvolve-se em lei civil, religiosa e moral:

- A lei civil refere-se à legislação dada à nação de Israel. Ela tinha o objetivo de instruir a sociedade civil do estado teocrático de Israel, por exemplo, crimes contra a propriedade e punições. No entanto, não é aplicável para os dias de hoje.
- A lei religiosa refere-se à legislação levítica do Antigo Testamento, por exemplo, sacrifícios e símbolos cerimoniais. Ela tinha o objetivo de imprimir a santidade e apontar para o Messias. Porém, já foi cumprida com o advento de Cristo.
- A lei moral refere-se a vontade de Deus para o ser humano em relação ao seu comportamento e seus deveres. Ela tem o objetivo de indicar ao homem os seus deveres, suas carências, ajudando-o a discernir entre o bem e o mal.



Como tal, é aplicável em todas as épocas e ocasiões.
(MEISTER, 2014, p.4)

Nota-se que a lei civil e a lei religiosa não se aplicam para os dias de hoje, pois foi uma forma de Deus reger a seu povo no governo teocrático. Porquanto era a vontade de Deus para aqueles dias, aqueles contextos. Porém em relação à lei moral de Deus permanece vigente, foi à vontade de Deus para o seu povo anteriormente e permanece válida nos dias de hoje.

Na teologia de Paulo verifica-se que a lei tem um sentido restritivo e um sentido mais amplo. A lei reduzida à circuncisão é restritiva que distinguia e protegia Israel, entende-se que esta lei é retrógrada e não se aplica após o advento de Jesus. Entretanto, a lei no sentido mais amplo, relacionada a lei moral, é válida para todos os tempos, como explica Dunn: “[...] Paulo pode dizer a seguir que a lei resumida no mandamento de amor (Gl 5.14) é sempre absolutamente pertinente. Cumprida e vivida pelo Cristo, ‘a lei do Cristo’ (Gl 6.2) traz sempre obrigações para os crentes”. (DETTWILER; KAESTLI; MARGUERAT, 2011, p. 252)

Diante desta ideia, deduz-se que a lei moral de Deus exige os deveres e obrigações dos cristãos a Deus. E no sentido de que a lei moral de Deus é resumida nos dez mandamentos, o cristão está sob a lei moral de Deus. A lei moral de Deus é a revelação da sua vontade ao ser humano expresso pela graça. Algumas pessoas tendem a acreditar que a salvação do Antigo Testamento se dava pela lei, porquanto na dispensação da graça os cristãos são salvos pela graça não cabendo mais a lei para estes, de que a lei serve apenas para o Antigo Testamento. Percebe-se o erro teológico por não entender o sentido da lei nos seus contextos, pois a lei moral de Deus abarca todos os tempos. É a vontade de Deus revelada ao ser humano.

Para Meister a lei tem um papel orientador para os cristãos:

[...] Embora eles sejam guiados pelo Espírito de Deus, vivendo e dependendo tão somente da sua maravilhosa



graça, a “lei lhes és o melhor instrumento mediante o qual melhor aprendam a cada dia, e com certeza maior, qual é a vontade de Deus, a que aspiram, e se lhe firme na compreensão. A paz de Cristo como arbitro dos corações só é clara quando conhecemos com clareza a vontade de Deus expressa na lei. Deus expressa sua vontade na lei e essa se torna um prazer para o crente, não uma obrigação. (MEISTER, 2014, p.8)

Compreende-se que a lei de Deus foi cumprida por Jesus Cristo, tornando a lei mais compressiva de forma mais completa e mais abrangente. A lei moral de Deus é filtrada no Novo Testamento, em Cristo ganha o seu sentido e valor. Infere-se que Cristo ao cumprir a lei, livra o crente da maldição da lei, porém não de se submeter a seu ensino. A lei de Deus revela a sua soberana vontade para os cristãos, os quais regenerados sentem o prazer de viver de acordo com a vontade de Deus amando a sua lei. A obediência a lei moral de Deus não é uma forma de legalismo, mas uma forma de generosidade das pessoas as quais pela fé se submetem a vontade de Deus e ao senhorio de Cristo Jesus. A obediência a lei moral de Deus demonstra maturidade na fé cristã e reverbera uma vida autenticamente salva, que entendeu e vive na plenitude da graça de Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A graça na teologia de Paulo está na justiça de Deus revelada à humanidade em Cristo que justifica aqueles que creem. A graça é um favor imerecido. O plano da Graça de Deus se consuma em Jesus Cristo através da morte e ressurreição. Em Cristo, Deus realiza o processo da justificação para justificar a humanidade pela sua justiça.

Analisou-se que a justiça de Deus foi revelada em Cristo para salvar a humanidade pela graça, de que a ideia não era de vingança, mas a de distribuição como ação salvífica para todos os que creem. A justiça de Deus pela graça é a forma de justificar o



ímpio através do sacrifício de Jesus, caso contrário estaria ferindo a sua justiça se considerasse o ser humano culpado como inocente.

Esta pesquisa demonstrou que o sacrifício de Cristo proporcionou graça na vida do cristão. Pela qual, a fé é um meio de alcançar a justiça de Deus dada a humanidade para a salvação, em contraste com o fracasso da salvação por méritos, na qual pelas obras complementa a obra de Cristo, identificado nos dias atuais. A fé envolve confiança em Deus, mas também fidelidade a Deus. Em Cristo os cristãos têm o dever de andar em obediência a vontade de Deus e ao senhorio de Cristo, pois a obediência é uma consequência da salvação.

Os cristãos são libertos por Cristo da escravidão para viver uma vida em plenitude com Deus, pois Cristo eliminou o poder da carne, eliminou a dívida legal, eliminou os poderes do mal, tornando-se Senhor dos cristãos que se submetem ao seu domínio; em contraste, identificou-se cristãos salvos, que depois de libertos, se submetem a escravidão de sistemas humanos e a própria consciência. O homem e a mulher em Cristo têm liberdade para viver sem normas e requisitos humanos, tratando-se da salvação, que não esteja relacionado à vontade de Deus.

Investigou-se a relação da graça com a Lei do Antigo Testamento na vida do cristão, concluindo-se que as pessoas são salvas unicamente pela graça mediante a fé, sem mérito algum relacionado a obediência a lei, portanto a lei está ultrapassada e em Cristo há outro propósito de Deus. Por outro lado, distinguiu-se a lei nos seus contextos, identificando que a lei moral do Antigo Testamento permanece vigente para o cristão, porque é a vontade de Deus. A plenitude da graça de Deus consiste andar em obediência com prazer na sua lei a qual apresenta a sua vontade para todos os que creem na graça de Deus demonstrada na pessoa de Jesus Cristo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARSON, D. A; MOO, Douglas J; MORRIS, Leon. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2012.

CERFAUX, Lucien. **Cristo na Teologia de Paulo**. Santo André, SP: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2012.

COLLI, G. A. **Teologia do Novo Testamento**. Curitiba, PR, 2015.

CROSSAN, John Dominic; REED, Jonathan L. **Em Busca de Paulo: Como o apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao Império Romano**. São Paulo: Paulinas, 2007.

DETTWILER, Andreas; KAESTLI, Jean Daniel; MARGUERAT, Daniel. **Paulo: Uma Teologia em Construção**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

DUNN, J. D. G. **A Teologia do Apóstolo Paulo**. São Paulo: Paulus, 2003.

MEISTER, Mauro Fernando. *Lei e Graça: Uma Visão Reformada*. in: **Fides Reformata**, São Paulo, nov. 2014, 12 p. Disponível em <http://www.ipbriopreto.org.br/wp-content/uploads/Lei_e_graca_Mauro_Meister.pdf> Acesso em: 12 nov. 2015.

RIDDERBOS, Herman. **A Teologia do Apóstolo Paulo: A Obra Definitiva Sobre o Pensamento do Apóstolo aos Gentios**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

SCHNELLE, Udo. **Paulo: Vida e Pensamento**. São Paulo: Paulus, 2010.

STOTT, John. **Romanos**. São Paulo: ABU Editora, 2003.

STUHLMACHER, Peter. **Lei e Graça em Paulo: Uma Reafirmação da Doutrina da Justificação**. São Paulo: Vida Nova, 2002.

ZABATIERO, Júlio. **Fundamentos da Teologia Prática**. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.

